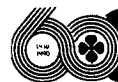


Congresso 28 JAN 1991

LEVA TEMPO
COM

LEGISLATIVO

GAZETA MERCANTIL

Falta de quórum na Câmara adia decisão sobre política salarial

por Marcos Magalhães
de Brasília

Está adiada para esta terça-feira a decisão do Congresso Nacional a respeito de uma nova política salarial para o País. As bancadas governistas conseguiram obstruir, na sexta-feira, a votação do projeto de conversão à Medida Provisória nº 292 elaborado pelo deputado Tidei de Lima (PMDB-SP), que se limitou a garantir aos trabalhadores a concessão de um abono em janeiro.

Votaram a favor do projeto de conversão 170 deputados, enquanto cinco votaram contra e seis se abstiveram. Como o quórum não foi suficiente na Câmara, a matéria não seguiu para o Senado. Apesar disso, 328 parlamentares estavam presentes poucos minutos antes da votação. O projeto será novamente apreciado em sessão do Congresso, prevista para

as duas e meia da tarde de terça-feira.

A votação na Câmara só aconteceu após uma longa discussão regimental, durante a qual os parlamentares governistas se esforçaram para adiar a apreciação da matéria. Eles tinham interesse em que simplesmente não houvesse votação, para que a atual medida provisória perca a validade e com ela também a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou a sua reedição — à exceção da parte que trata do abono — inconstitucional.

A vigência da MP 292 termina em 4 de fevereiro — um mês após a sua publicação — e a liminar do STF poderá perder seu efeito, pois foi concedida tendo por base o fato de a medida ter sido reeditada numa mesma legislatura.

Dessa maneira, o governo poderia reeditar uma

nova medida após a posse do novo Congresso, a 1º de fevereiro, e garantir a manutenção do cálculo do salário efetivo — a cada data-base — segundo a aplicação do Fator de Recomposição Salarial (FRS). Essa regra cairia se a oposição conseguisse aprovar o projeto de conversão, abrindo espaço para que os tribunais concedessem reposições salariais utilizando a variação integral do IPC.

“Isso seria como espalhar o caos pelo País”, previu o deputado Humberto Souto (PFL-MG), líder do governo na Câmara. Ele insistiu em plenário para que se voltasse à negociação, mas já era tarde. Tidei de Lima esperou até o meio-dia por uma nova proposta do governo para o cálculo de reajustes salariais. Essa proposta só chegou às 15h — enviada por telefone pelo secretário especial de Política Econômica, Antô-

nio Kandir, que se encontrava no Rio de Janeiro. A oposição resolveu então levar a questão a plenário.

Segundo o último esboço ditado por Kandir aos líderes governistas, o governo aceitaria incluir em um projeto de consenso a garantia de que não haveria perdas superiores a 20% a cada trimestre. Até quinta-feira, a equipe econômica estava irreduzível em adiantar apenas 75% da inflação prevista para o trimestre e conceder aos trabalhadores, ao final do período, 85% da diferença entre a inflação real e a projetada — já descontada de um gatilho de 15 pontos percentuais.

Como não houve acordo, Tidei de Lima optou por incluir em seu parecer apenas a concessão do abono de Cr\$ 3 mil pago em agosto e do abono que será pago em janeiro, com percentuais de 5% a 12% aos que ganham até Cr\$ 120 mil.